

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



28/05/2019
TERÇA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





EDUCAÇÃO

Parlamentares debatem orçamento e possibilidade de fechamento da UEG

Instituição deve promover reestruturação para superar dificuldades financeiras

Bia Mendes
jornalismo@diariodeaparecida.com

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Goiás promoveu, na tarde de ontem, uma audiência pública para discutir a questão do orçamento e a possibilidade de fechamento de turmas e campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG). A reunião foi proposta pelo deputado Helio de Sousa (PSDB).

Conforme o reitor Ivano Alessandro Devilla, que participou do encontro com os parlamentares, a UEG recebeu recursos um terço menor do que foi solicitado e tem realizado uma série de medidas para conter e otimizar os gastos. "O que temos feito hoje é a otimização dos recursos que nos foram enviados. Nós tivemos que renegociar contratos com fornecedores, reduzir custos com impressão, por exemplo, economizando em papel, toner", declarou.

A instituição tem discutido sua reestruturação para superar as dificuldades financeiras, mas nenhum campus deverá ser fechado, de acordo com o reitor. "Acredito que isso tudo vai ser discutido nessa proposta de reestruturação,

como que vai ser a presença da UEG nessas cidades. Os campus que estão em funcionamento nenhum será fechado, o que é discutido é como a UEG estará presente nessas cidades, se por meio de curso presencial, a distância ou alguma outra forma", explicou Devilla.

O reitor ainda enfatizou a necessidade da participação do Poder Legislativo para auxiliar na questão financeira da instituição, por meio de emendas parlamentares e aumento do valor dos recursos para o orçamento da universidade em 2020. Devilla também destacou a relação da instituição com a Assembleia: "Na história da UEG, a gente não teve tanta abertura para vir e participar da comissão. Agradeço as emendas parlamentares e estou contando com elas, pois a UEG conta com essas emendas para se sustentar e continuar o seu trabalho no ensino, pesquisa e extensão."

Questionado pelo deputado Talles Barreto (PSDB), que é presidente da comissão, da possibilidade de fechamento dos cursos ou abertura de novos, o reitor destacou que há aqueles que "ine-



Reitor da UEG defende que campus que estão em funcionamento não devem ser fechados

vitavelmente" devem ser fechados, devido ao desempenho em avaliações do Ministério da Educação (MEC), mas reforçou que há cursos e turmas que poderão ser abertos também. "As possibilidades que temos hoje é de abrir novas turmas no Ensino a Distância", antecipou.

Redesenho

Os parlamentares destacaram que pretendem encaminhar emendas para a UEG e reforçaram que serão parceiros da instituição para que a mesma não feche unidades. "Estamos dispostos a comprar uma briga e estamos nos colocando à disposição, independente de ser base ou governo", declarou Talles Barreto.

Para Helio de Sousa, a Assembleia deve ser parceira da UEG e não permitir que o redesenho a ser proposto feche campus da universidade nas cidades do interior.

"Aqui, aprovamos as leis que criaram as faculdades estaduais, desde Mauro Borges, em 1961. Vamos querer dialogar com a equipe desse redesenho. Não estamos, neste momento, contra nada do que está sendo feito. Mais uma vez quero parabenizar o promotor de Goianésia para que a UEG suspensas aquele redesenho que atingia frontalmente vários campus, entre eles o de Goianésia."

O deputado ainda frisou a parceria entre o Legislativo e a instituição de ensino: "Quero me colocar como um parceiro da UEG, como um responsável pela instituição. O orçamento e as diretrizes orçamentárias terão aqui um parceiro muito maior que nas vezes anteriores. Precisamos e vamos tomar medidas que têm que ser feitas. Como deputados, nos sentimos como

responsáveis pela UEG. Ao invés de querer cobrar, estamos aqui para ajudar", declarou Helio de Sousa.

Frente Parlamentar

Será realizada hoje, 28, uma audiência pública da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, criada pelo deputado Antônio Gomide (PT). O encontro terá a presença do reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Edward Madureira. Mais de

oito partidos diferentes fazem parte desta frente. "A ideia deste trabalho é unir forças políticas distintas em defesa da UEG, dos IFs e da UFG diante do cenário de cortes que temos visto ser anunciado, principalmente pelo governo federal. Este é um tema que não distingue legendas. Todos os agentes públicos reconhecem a importância da educação como ferramenta transformadora da sociedade", ressaltou Gomide.

Marcos Knebel/UFG



POLÍTICA

Operação Decantação 1 caminha na Justiça para arquivamento

IRREGULARIDADES NA SANEAGO Juiz rejeitou denúncia do MPF contra 38 pessoas e determinou a imediata devolução dos bens apreendidos dos denunciados

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Deflagrada em 2016, a Operação Decantação, que investigou irregularidades na Saneago, caminha para o arquivamento. O juiz federal Rafael Ângelo Slomp, da 11ª Vara de Goiânia, rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra 38 pessoas, incluindo o ex-presidente José Taveira e o ex-diretor Afrêni Gonçalves, ambos do PSDB e presos na época da operação.

Além da rejeição da denúncia, o juiz determinou a imediata devolução dos bens apreendidos dos denunciados. Ele esclareceu que a decisão não afeta as investigações das operações Decantação 2 e Decantação 3, deflagradas este ano.

Na decisão, o juiz aponta fal-

ta de provas do MPF e diz que a denúncia é "inepta". "Chama atenção o fato de que o Ministério Público, em que pese haver apresentado peça exordial extremamente longa e complexa, composta de nada menos do que 184 laudas, não se desincumbiu satisfatoriamente da tarefa de expor o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, em relação a cada um dos acusados. A extensa, complexa e oblíqua peça de ingresso sustenta toda a acusação em um duvidoso pressuposto: o da criminalização da atividade política", afirma Slomp.

"A despeito da duvidosa criminalização da atividade política, eventuais favorecimentos em pagamentos, bem como doações feitas por empresas a determinados candidatos ou a partidos políticos não restaram mini-

mamente delineadas, a ponto de ensejar a instauração de ação penal em desfavor dos denunciados, carecendo de maiores e mais aprofundadas investigações, de modo a justificar a intervenção do Direito Penal", completou o juiz.

O MPF afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que não vai se manifestar sobre a decisão. Também não quis informar se contestará a decisão em instância superior.

O responsável pela operação era o procurador Mário Lúcio de Avelar, que tirou licença para ser candidato a cargo eletivo no Tocantins pelo PSOL no ano passado e depois se manteve afastado para estudar fora do País. Ainda não foi definido o procurador que vai substituí-lo na análise do caso. O MPF pode recorrer ou apresentar nova denúncia,



José Taveira, ex-presidente da Saneago: denúncia 'midiática e vazia'

que envolva parte ou a totalidade dos denunciados.

Os 38 denunciados eram empresários e funcionários da Saneago e o MPF apontava prejuízo de R\$ 5,2 milhões aos cofres públicos. Segundo a denúncia, a verba teria sido desviada de recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Caixa Econômica Federal, via licitações fraudulentas, e o dinheiro teria sido

usado tanto no pagamento de dívidas de campanha do PSDB quanto de propinas a empresas envolvidas no esquema.

Na época da primeira denúncia, ainda em 2016, a defesa de Taveira e Afrêni chamou a denúncia de "suicida, midiática e vazia". "Destoa de todas as outras oferecidas pelo Ministério Público Federal de Goiás", afirmou o advogado Luís Alexandre Rassi, completando que não se sustentava em fatos reais e não possuía embasamento jurídico.

Diomício Gomes